



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

ATA 680

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em primeira chamada, reuniram-se, em caráter ordinário, na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, localizada na Rua Fernando Abbott, nº 940, os membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS). Estiveram presentes os conselheiros titulares Célia Margit Zingler, Eliane Ebert Mielke, Júlia Fernanda Rambo, Luis Selmar Queiroz, Andreia Cristina Becker, Miriam Thier, Juliano Machado, Gelso Juaris Batista Job e Janete Jaeger; as conselheiras e os conselheiros suplentes Denise Henriqson, Cláudia Winck Cunha, Ana Paula Helfer Schneider, Carolina Galan de Lima e Fábio Neitze; e a Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutmacher Graebner. A Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, Célia Margit Zingler, saudou os presentes e registrou a participação do Professor Douglas Weber, docente do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), de alunos do respectivo curso, de servidoras da Secretaria Municipal de Saúde e de visitantes. Verificado o quórum regimental, **primeiro item da pauta**, foram iniciados os trabalhos, conforme a pauta previamente estabelecida. Na sequência, foi submetida à apreciação a Ata nº 679, **segundo item da pauta**. Após consulta aos presentes quanto à existência de divergências ou considerações, o documento foi colocado em votação. As conselheiras Ana Paula Helfer Schneider, Cláudia Winck Cunha e Carolina Galan de Lima abstiveram-se da votação por não terem participado da reunião anterior, sendo a Ata nº 679 aprovada pelos demais conselheiros presentes. Foram registradas as ausências justificadas dos conselheiros titulares e suplentes representantes do Sindicato dos Comerciantes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação e do Hospital Ana Nery. Também foram registradas as ausências dos conselheiros titular e suplente da Universidade de Santa Cruz do Sul, do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares, da Associação Cultural de Integração Comunitária e da Associação dos Moradores do Bairro Verena. Em seguida, passou-se ao **terceiro item da pauta**, Informes e Assuntos Gerais. Foram inscritas as conselheiras Ana Paula Helfer Schneider e Carolina Galan de Lima. A conselheira Ana Paula questionou acerca de formulário encaminhado por e-mail sobre assistência farmacêutica, indagando se o instrumento já havia sido respondido ou se seria necessária sua colaboração. A Presidenta Célia Margit Zingler esclareceu que o e-mail não indicava a necessidade de resposta individual de todos os conselheiros e informou que havia solicitado ao conselheiro Ediberto, por possuir conhecimento na área, que verificasse a possibilidade de responder ao formulário. A conselheira Ana Paula agradeceu os esclarecimentos e informou que daria retorno ao Conselho Regional de Farmácia. A Presidenta informou, ainda, sobre convite para o Simpósio Santa Cruz Cidade Cuidadora 60+, previsto para o dia 2 de outubro, às 14 horas, na Câmara de Vereadores, iniciativa organizada pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa. Destacou que o encontro abordará os cuidados destinados à população com 60 anos ou mais e a concepção de município cuidador, envolvendo diferentes secretarias municipais. Registrou-se a relevância do tema diante do contingente de pessoas idosas no município, mencionado na reunião como de aproximadamente 28 mil pessoas em uma população de cerca de 135 mil habitantes. Também foi lembrado o Estatuto da Pessoa Idosa, de 2003. Na oportunidade, foi mencionado o aniversário do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde. A Presidenta ressaltou o caráter permanente de construção do SUS e a importância da participação da sociedade na sua manutenção e qualificação. Também foi informado que, naquela manhã, ocorreu a entrega de uma unidade móvel vinculada ao serviço de testagem e aconselhamento do CEMAS. A Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutmacher Graebner, explicou que a iniciativa busca qualificar o serviço e aproximá-lo da população, possibilitando sua utilização em bairros, eventos, comunidades do interior e empresas. Foi destacado que a unidade realiza testes rápidos para HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C, ampliando as possibilidades de prevenção, diagnóstico e acompanhamento. Ressaltou-se, ainda, a importância da divulgação do serviço e do enfrentamento do preconceito relacionado às doenças sexualmente transmissíveis. A conselheira Carolina Galan de Lima informou sobre o 5º Seminário do Grupo de Trabalho de Humanização (GTH) do Hospital Santa Cruz, previsto para o dia 1º de outubro, das 13h30 às 17h30, com a temática da experiência do paciente, abordando jornada do paciente, acolhimento e acessibilidade. Registrou que o evento seria gratuito e aberto à comunidade e aos profissionais da instituição. Ainda nos Informes, a Presidenta Célia Margit Zingler apresentou atualização da



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

nominata do Conselho, registrando substituições ocorridas após a posse realizada em 2 de março. Foram mencionadas a substituição do Secretário Municipal de Saúde, passando a integrar o Conselho Denise Grutzmacher Graebner, e a alteração da subsecretaria, com Aline Cristiane de Lima no lugar de Yago; a substituição de Suelem por Eliane Ebert Mielke; a alteração dos representantes do Conselho Regional de Odontologia (CRO), com a entrada de Miriam Thier e a indicação de Miguel Gaspar Forster como suplente; e a substituição do representante suplente da Associação dos Moradores do Bairro Verena, em razão do falecimento de Lucírio Machado, passando Cláudio Haas a ocupar a função. Na sequência, a Secretaria Municipal de Saúde solicitou a antecipação do item da pauta referente à apresentação do quadro atualizado e detalhado da cobertura vacinal de 2026. O encaminhamento foi acolhido pelos presentes. Na sequência, como **nono item da pauta**, ocorreu a apresentação do quadro atualizado e detalhado do percentual de vacinação em 2026 de todas as vacinas. O servidor Roger Rodrigues Peres, coordenador do Setor de Imunizações, apresentou o panorama da cobertura vacinal do município, com dados de 2024, 2025 e 2026, comparados aos indicadores do Rio Grande do Sul e do Brasil. Esclareceu que os dados de 2026 apresentados naquele momento eram parciais, com informações disponíveis até julho, e que os registros poderiam sofrer atualização ao longo do ano. Também informou que havia perda de aproximadamente 2% dos dados em razão da unidade de saúde Aliança, inaugurada no final do ano anterior, ainda não ter seus registros integralmente migrados para a base nacional. Foram apontados como fatores que interferem na cobertura vacinal a hesitação vacinal, a redução de equipes em determinadas unidades, a necessidade de priorização de outras atividades assistenciais e eventuais problemas de manutenção de equipamentos. Segundo a apresentação, o Programa Nacional de Imunizações trabalha com metas que variam conforme o produto e a faixa etária, em geral situadas entre 90% e 96%. Também foi ressaltada a necessidade de manutenção das ações de vacinação nas escolas, de estratégias em eventos e da oferta de vacinação em horário noturno na ESF Linha Santa Cruz e na ESF Cohab. Foi destacada a boa adesão à vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório entre gestantes, bem como os resultados obtidos com as ações de vacinação contra o HPV realizadas nas escolas. Em 2026, foram realizados três dias D de vacinação, com foco na influenza e disponibilidade das demais vacinas. O conselheiro Gelso Juaris Batista Job questionou a ocorrência de cobertura superior a 100% para HPV em meninas no ano de 2025. O servidor Roger explicou que o percentual pode ultrapassar 100% em razão da diferença entre a população estimada do município e o número de doses registradas, inclusive pela aplicação de vacinas em pessoas provenientes de outros municípios, por diferenças cadastrais e pelo caráter universal da vacinação. A conselheira Ana Paula Helfer Schneider, questionou se as vacinas aplicadas na rede privada integram os indicadores. O servidor esclareceu que, desde alterações realizadas nos últimos anos, os registros da rede privada também são considerados, desde que devidamente lançados nos sistemas de informação. Informou, ainda, sobre o aplicativo Meu SUS Digital, orientando que os usuários verifiquem a presença dos registros vacinais. Questionado sobre a vacina contra a dengue, o servidor informou que os dados ainda não estavam disponíveis na apresentação, em razão de limitações na disponibilização das informações pelo Ministério da Saúde. Ao tratar da imunidade coletiva, o servidor explicou que a manutenção de níveis adequados de vacinação contribui para reduzir a circulação de agentes infecciosos e proteger também pessoas que não podem ou não foram vacinadas. Foram abordados os desafios relacionados à influenza, especialmente entre crianças, idosos e gestantes, bem como a necessidade de manter as coberturas vacinais diante do aumento da circulação de pessoas e do turismo no município. Também foi informado que o município contava com mais de 30 salas de vacinação na rede pública e aproximadamente dez na rede privada, além de uma Central Municipal de Rede de Frio responsável pelo armazenamento, reposição, planejamento e distribuição dos imunobiológicos. Foi esclarecido que não havia, naquele momento, desabastecimento dos produtos previstos no calendário de rotina. Algumas vacinas, como febre amarela, COVID-19 e BCG, são abertas em dias específicos em razão do número de doses por frasco e do período de validade após a abertura. Na sequência, a Presidenta Célia Margit Zingler propôs a antecipação do **quinto item da pauta** referente à orientação detalhada sobre os serviços da Atenção Primária e a utilização das portas de entrada do sistema de saúde. A proposta teve como objetivo promover debate sobre a procura pelos pronto-atendimentos, especialmente diante de relatos de espera e de utilização desses serviços para situações que



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

poderiam ser acompanhadas na Atenção Primária. A Presidenta Célia Margit Zingler destacou a necessidade de ampliar a compreensão da população sobre o funcionamento da Atenção Primária, o papel das unidades de referência e a importância do acompanhamento preventivo, ressaltando que a utilização adequada da rede pode contribuir para evitar agravamentos, hospitalizações e sobrecarga dos serviços de urgência e emergência. A conselheira Janete Jaeger relatou dificuldades relacionadas ao tempo de espera para consultas na Atenção Primária e experiências de atendimento que, segundo seu relato, contribuiriam para que usuários procurassem os pronto-atendimentos. Também relatou experiência de atendimento no Hospital Santa Cruz e destacou a importância do acolhimento. A Secretária Denise Grutmacher Graebner orientou que situações específicas de atendimento inadequado sejam encaminhadas à Ouvidoria, preferencialmente com a identificação do profissional e demais informações que permitam a apuração. A Secretária esclareceu que a Atenção Primária trabalha com acolhimento e consultas agendadas e que o Ministério da Saúde recomenda a organização da agenda de forma a conciliar consultas programadas e acolhimento das demandas espontâneas. Informou que, no município, busca-se trabalhar com aproximadamente 70% de consultas agendadas e 30% de acolhimentos. A servidora Cácia Josiane de Assis Stumm, coordenadora da Atenção Primária, explicou que são realizadas reuniões periódicas com os enfermeiros responsáveis pelas unidades para discutir o acolhimento e a organização do acesso. Informou que o município possui 35 unidades e que as reuniões passaram a ser realizadas também em grupos menores, com o objetivo de facilitar a escuta das demandas e o acompanhamento das orientações. A servidora explicou que o usuário que procura a unidade deve ser acolhido e, quando necessário, passar pela equipe de enfermagem para avaliação da demanda. Consultas de rotina podem ser agendadas, enquanto situações agudas podem ser avaliadas como demanda espontânea, com possibilidade de encaixe ou adequação da agenda. Ressaltou que o usuário permanece acompanhado pela equipe de enfermagem durante a espera e não fica desassistido. Foi informado, ainda, que as unidades contam com atendimento noturno para trabalhadores, mediante consultas agendadas, sendo atualmente ofertado atendimento noturno em duas ocasiões mensais. A conselheira Júlia Fernanda Rambo ressaltou que a Atenção Primária constitui a principal porta de entrada para o acompanhamento continuado e para os encaminhamentos aos serviços especializados. A conselheira Janete Jaeger reiterou a importância de o usuário ter acesso a avaliação adequada e destacou novamente a relevância do acolhimento. A conselheira Júlia, por sua vez, enfatizou que a classificação de risco deve considerar a gravidade de cada caso. O conselheiro Juliano Machado relatou situações em que, segundo sua percepção e relatos recebidos, o acolhimento em algumas unidades não teria ocorrido de forma adequada. mencionou, como exemplo, o caso de uma usuária em situação de sofrimento psíquico que teria procurado uma unidade próxima de sua residência e sido orientada a procurar um serviço de plantão. O relato foi registrado como manifestação do conselheiro. A conselheira Carolina Galan de Lima contextualizou o debate a partir da situação do Hospital Santa Cruz. Informou que a instituição vinha registrando, com frequência, situação de PCP3, correspondente à superação da capacidade instalada para atendimento de pacientes SUS. Explicou que o perfil epidemiológico do município, com expressiva participação da população com 60 anos ou mais, contribui para a concentração de usuários com classificações de risco semelhantes e, consequentemente, para tempos de espera maiores. A conselheira informou que a situação repercute em diferentes setores do hospital, inclusive nos procedimentos cirúrgicos e nos atendimentos relacionados à saúde mental. Relatou que o Hospital Santa Cruz passou a registrar de forma sistemática informações trazidas por pacientes provenientes de outras localidades, com o objetivo de qualificar a análise dos fluxos e subsidiar discussões futuras no Conselho. Também informou que o Hospital Santa Cruz passou a atender pacientes pediátricos em determinadas circunstâncias, em razão de normativa estadual mencionada na reunião, embora o atendimento pediátrico de referência permaneça relacionado ao CEMAI. Foi ressaltada a preocupação com a utilização simultânea da estrutura destinada a adultos e crianças e com a necessidade de acompanhamento da evolução da demanda. A conselheira Ana Paula Helfer Schneider destacou que a discussão sobre as portas de entrada também deve considerar a continuidade do cuidado, especialmente nos casos de hipertensão e diabetes. Relatou que ações de rastreamento realizadas na farmácia municipal têm identificado usuários que, embora tenham recebido medicamentos e orientações, nem sempre seguem adequadamente o tratamento prescrito, o que pode contribuir



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

para descompensações e novos atendimentos. A conselheira Janete Jaeger reforçou a importância da adesão ao tratamento medicamentoso. A Presidenta Célia Margit Zingler propôs que o Conselho avalie a elaboração de um fluxo explicativo, em linguagem acessível, demonstrando os caminhos de acesso à rede de saúde, incluindo vacinação, cuidados básicos, Atenção Primária e demais serviços, com possibilidade de articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A servidora Cácia informou que já existem experiências de fluxos de acolhimento elaborados em capacitações realizadas pela equipe e que seria possível organizar material para apresentação ao Conselho. Propôs, ainda, a participação da médica Clauceane e da Secretaria Municipal de Saúde na elaboração e apresentação do fluxo, bem como articulação com os CRAS para sua divulgação. A conselheira Júlia informou que a rede de saúde participa das reuniões de rede dos CRAS Beatriz e Integrar. Ao final do debate, ficou encaminhada a retomada do tema na próxima reunião, inclusive com a possibilidade de apresentação de um fluxo orientativo sobre o acesso e o funcionamento da Atenção Primária. A Presidenta Célia Margit Zingler informou que o **sexto, sétimo e oitavo itens da pauta** não seriam abordados naquela reunião e que permaneceriam para momento posterior. Na sequência, passou-se ao **quarto item da pauta**, referente à Apresentação e Apreciação do 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior de 2026 – 2º RDQA. A Presidenta esclareceu que se tratava de relatório sujeito à apreciação do Conselho para posterior registro e comunicação ao Ministério da Saúde. A Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner, iniciou a apresentação pelo relatório de gestão, com os dados financeiros, e, posteriormente, apresentou os indicadores correspondentes ao segundo quadrimestre de 2026. Quanto às receitas, foram apresentados os seguintes valores: Receitas de fonte municipal, R\$ 40.480.000,00, acrescidos de R\$ 107.000,00 em rendimentos, correspondendo a 36,74% das receitas; Receitas livres, R\$ 2.000.201,00, correspondendo a 1,99%; Receita estadual, R\$ 17.842.000,00, acrescidos de R\$ 140.000,00 em rendimentos, correspondendo a 16,28%; Receita de fonte federal, R\$ 48.626.000,00, acrescidos de R\$ 847.000,00 em rendimentos, correspondendo a 44,78%; e outras fontes, decorrentes de realização de seguros, R\$ 233.245,00, acrescidos de R\$ 3.593,00 em rendimentos, correspondendo a 0,21%. O total das receitas no segundo quadrimestre foi de R\$ 110.483.819,16. As despesas liquidadas no segundo quadrimestre foram apresentadas da seguinte forma: Fonte municipal, R\$ 43.047.000,00, correspondendo a 38%; fonte livre, R\$ 2.201.000,00, correspondendo a 1,95%; Fonte estadual, R\$ 18.003.000,00, correspondendo a 15,98%; Fonte federal, R\$ 49.375.630,00, correspondendo a 43,84%; e outras fontes, R\$ 6.171,00, correspondendo a 0,01%. O total das despesas liquidadas foi de R\$ 112.634.542,98. Por subfunção, foram apresentados os seguintes valores: Assistência hospitalar e ambulatorial, R\$ 82.158.000,00, representando 72,94% das despesas; Atenção básica, R\$ 21.205.000,00, representando 18,83% das despesas; Vigilância sanitária e epidemiológica, R\$ 4.158.000,00, representando 3,69% das despesas; Administração geral, R\$ 2.807.000,00, representando 2,49% das despesas.; Suporte profilático, terapêutico e nutricional, R\$ 2.303.000,00, representando 2,07% das despesas. Quanto à destinação dos recursos, foram detalhadas Despesas com pessoal no valor de R\$ 35.275.000,00, representando 31,32% das despesas; Subvenções sociais, R\$ 2.589.000,00, representando 2,3% das despesas; Contratos de gestão, abrangendo UPA, Hospitalzinho, CEMAI e Plantão Central, R\$ 10.175.000,00, representando 9,03% das despesas; CISVALE, R\$ 2.540.000,00, representando 2,26% das despesas; Material de consumo, R\$ 1.331.000,00, representando 1,18% das despesas; Material de distribuição gratuita, R\$ 1.122.000,00, representando 1% das despesas; Despesas com locomoção, R\$ 114.078,00, representando 0,1% das despesas; Serviços de terceiros – pessoa física, R\$ 58.107,00, representando 0,05%; Serviços de terceiros – pessoa jurídica, R\$ 57.667.000,00, representando 51,20% das despesas; Serviços de tecnologia da informação, R\$ 472.429,00, representando 0,42%; Obrigações tributárias e contributivas, R\$ 16.601,00, representando 0,01%; Despesas de exercícios anteriores, R\$ 505.000,00, representando 0,45%; Indenizações e restituições, R\$ 8.303,00, representando 0,01%; Auxílios, R\$ 1.800,00, representando 0,002%; Equipamentos e material permanente, R\$ 755.524,00, representando 0,67% das despesas. Observa-se nesse gráfico, que 90,26% das despesas são basicamente despesas hospitalares, laboratoriais, de pessoal e contratos de gestão. Em relação aos restos a pagar, foram informados, para a fonte municipal, R\$ 8.409.000,00 pagos, R\$ 270.000,00 cancelados e saldo a pagar de R\$ 195.000,00; de fonte estadual, R\$ 3.302.000,00 pagos, R\$ 56.000,00 cancelados e saldo de R\$ 24.462,00; de



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

fonte federal, R\$ 13.797.000,00 pagos, R\$ 634.000,00 cancelados e saldo de R\$ 520.000,00; e, para outras fontes, R\$ 674.000,00 pagos, R\$ 598,00 cancelados e saldo de R\$ 176.892,00. Foi informado que, até o segundo quadrimestre, 22,22% dos recursos estavam aplicados em ações e serviços públicos de saúde. Passando aos indicadores do 2º RDQA, foi esclarecido que estes são definidos pelo Ministério da Saúde, pelo Estado e pelo Município e estão organizados em indicadores da Atenção Primária, da Vigilância em Saúde e da Atenção Especializada. A cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Primária apresentou meta de 79% para 2026 e resultado de 86,69% no segundo quadrimestre, conforme os dados disponíveis. Foi ressaltado que alguns indicadores ainda apresentavam dados parciais. Na saúde bucal, foi explicado que houve alteração metodológica em relação ao ano anterior. A meta de cobertura para 2026 era de 42% e o resultado oficial apresentado foi de 36,49%, havendo, conforme estimativa mencionada na apresentação, cobertura populacional de aproximadamente 41,83%. Foram informadas 15 equipes de saúde bucal de 40 horas, uma equipe de 30 horas e duas equipes de 20 horas. Quanto à proporção de gravidez na adolescência entre 10 e 19 anos, foram registradas divergências entre fontes. Segundo o portal BI do Estado, foram registrados 18 nascimentos de filhos de mães adolescentes entre 474 nascidos vivos, correspondendo a 3,8%. Segundo os dados municipais do SINASC, foram registrados 16 nascidos vivos de mães adolescentes entre 469 nascidos vivos, correspondendo a 3,41%. Foram detalhados três nascimentos de mães com 16 anos, um com 17 anos, seis com 18 anos e seis com 19 anos. O indicador de prevalência de excesso de peso na população adulta apresentou meta de até 69,75% para 2026 e resultado de 74,8% no segundo quadrimestre. Foram mencionadas ações de qualificação dos registros e do consumo alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável, práticas corporais, acompanhamento nutricional individualizado e ações do Programa Saúde na Escola. Quanto à mortalidade infantil, a meta apresentada foi inferior a um dígito, com referência de 9,75%, e o resultado do segundo quadrimestre foi de 8,44%, correspondente a quatro óbitos infantis entre 474 nascidos vivos. Foram descritas as condições relacionadas aos óbitos, incluindo prematuridade extrema, prematuridade tardia, doença meningocócica, displasia bronco-pulmonar associada à síndrome de Down e malformação congênita. Em relação à mortalidade materna, os dados consultados no BI do Estado indicaram ausência de óbitos maternos no período analisado. Foi registrado que houve um óbito materno em 2024 e um em 2025, conforme a série histórica apresentada. Quanto à sífilis congênita em menores de um ano, a meta para 2026 era de até 13 casos e foram registrados três casos no segundo quadrimestre, sendo cinco casos acumulados em 2026 até o período apresentado. Na transmissão vertical do HIV, a meta apresentada foi de 1,99 e não foram registrados casos no primeiro ou no segundo quadrimestre de 2026. Foi ressaltado o acompanhamento realizado pelo CEMAS, me média de 10 gestantes com HIV. A cobertura da primeira dose da vacina tríplice viral em crianças de um ano foi de 85,32% no segundo quadrimestre, diante de meta de 95%. Foi novamente mencionada a possibilidade de impacto decorrente da migração incompleta dos dados da UBS Dr. Paulo Juarez Martins de Almeida, anteriormente denominada UBS Aliança. No monitoramento de Aedes aegypti por ovitrampas, a meta era de 50% e o resultado apresentado foi de 100%. Foram mencionadas 36 armadilhas instaladas nos bairros Senai, Schultz e Bom Jesus, com previsão de ampliação para Santa Vitória e Faxinal Menino Deus e Pedreira no quadrimestre seguinte. No indicador de internações por transtornos mentais e comportamentais, foi apresentada taxa de 65,82 no segundo quadrimestre, observando-se que os dados eram parciais, pois as informações de agosto ainda não estavam disponíveis no DataSUS. Foram apresentados os encaminhamentos relacionados aos CAPS e a comparação com o mesmo período de 2025. Na avaliação geral dos indicadores, foram destacados os resultados referentes à baixa proporção de gravidez na adolescência, à ausência de óbitos maternos e de transmissão vertical do HIV, bem como a necessidade de acompanhamento contínuo da mortalidade infantil e da sífilis congênita. Também foram apontados como temas de atenção a prevalência de excesso de peso na população adulta e a cobertura da primeira dose da vacina tríplice viral. A Presidenta Célia agradeceu a apresentação e retomou aspectos relacionados à aplicação dos recursos, especialmente a participação das despesas hospitalares, relacionando o tema ao debate realizado anteriormente sobre prevenção e qualidade de vida. Também chamou atenção para a necessidade de ampliar a testagem e o diagnóstico de HIV e para a importância do acesso aos serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento disponíveis no SUS. A conselheira Ana



Conselho Municipal de **SAÚDE**

SUS: Igualdade, Equidade e Universalidade.
Santa Cruz do Sul - RS

Paula Helfer Schneider questionou a metodologia utilizada para o indicador de excesso de peso, especialmente quanto à faixa etária e à forma de cálculo. A Secretária agradeceu às servidoras envolvidas na compilação dos dados, incluindo a equipe do setor financeiro e do grupo de trabalho. A servidora Taís Giordani esclareceu que o indicador de excesso de peso na população adulta é calculado a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), com dados provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A servidora Taís informou, ainda, sobre evento relacionado ao tratamento da obesidade e suas atualizações, previsto para o dia 16 de outubro, à tarde, na Câmara de Vereadores, com participação multiprofissional. Concluída a apresentação, a Presidenta Célia colocou em apreciação e votação o Relatório de Gestão e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, referentes ao segundo quadrimestre de 2026. Ambos foram aprovados por unanimidade. Ao final, a Presidenta informou que os demais pontos da pauta seriam transferidos para a próxima reunião, destacando que o debate sobre a Atenção Primária deveria ser retomado e aprofundado, inclusive com a apresentação de proposta de fluxo orientativo. Agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da participação dos conselheiros na apresentação de críticas, sugestões e contribuições para a construção dos encaminhamentos do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Eliane Ebert Mielke, primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim e pela Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, Célia Margit Zingler.



Documento assinado digitalmente

CELIA MARGIT ZINGLER

Data: 01/10/2026 23:05:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde



Documento assinado digitalmente

ELIANE EBERT MIELKE

Data: 02/10/2026 08:47:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde

